



# Laboratório Militar

de Produtos Químicos e Farmacêuticos

Farmácia Central do Exército  
desde 1918



LABORATÓRIO MILITAR  
DE  
PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS

Lisboa  
Fevereiro 2001

2ª Edição  
Por ocasião das II Jornadas de Farmácia Militar



Estabelecimento Fabril do Exército fundado em 1918  
Medalha de Ouro de Serviços Distintos  
Medalha de Alta Distinção da Academia Brasileira de Medicina Militar

Bosquejo histórico, texto e organização:  
Coronel Farmacêutico José A. Damas Móra

Banco de imagem:  
Major Farmacêutico António Serrano

Design:  
Gabinete de Desenho LM - Alfredo de Sousa

---

# Índice

---

Introdução	7
à 2º edição	7
à 1º edição	8
Síntese histórica	9
Antecedentes	9
Farmácia Central do Exército	15
Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos	21
Missão	53
Organograma	55
Actividades logísticas principais	57
Produção de medicamentos e outros produtos farmacêuticos	58
Reabastecimento e distribuição	58
Armazéns, Sucursais, Delegações e Farmácias	60
Análises clínicas	63
Análises de água	64
Controlo microbiológico de ambientes	64
Controlo da qualidade de material de penso	65
Controlo de preservativos	65
Desinfestações e desratizações	66
Qualidade	66
Acreditação de laboratórios	66
Brasão de Armas	71
Lista de Directores	73

---





Aproveitando as comemorações do 83º Aniversário do Laboratório Militar e a realização das II Jornadas de Farmácia Militar, decidiu-se reeditar, com algumas alterações, esta brochura que descreve a história, organização e missões do Laboratório Militar, herdeiro da Farmácia Central do Exército, fundada em 1918.

A década de noventa foi marcada por uma profunda reestruturação, que visou corporizar as novas missões colocadas às Forças Armadas.

A grande redução do pessoal civil, ocorrida em 1993, e o reajustamento organizativo às novas missões permitiram chegar ao final do século com uma situação estável e equilibrada do ponto de vista económico-financeiro.

O Laboratório Militar inicia o novo milénio em condições de se manter actualizado no cumprimento das suas missões ao serviço das Forças Armadas e de responder aos novos desafios que se colocam no quadro de mudança permanente que caracteriza a época em que vivemos.

J. A. Aranda da Silva  
Coronel Farmacêutico  
Director do Laboratório Militar





---

## Introdução à 1ª edição

Há muito que se fazia sentir a necessidade de divulgação da cultura e do trabalho que se desenvolve no Laboratório Militar. Daí a ideia de elaborar um documento onde se condensasse a doutrina e a prática deste estabelecimento do Exército.

O Laboratório Militar é uma instituição que radica a sua origem mais próxima na missão e atribuições da Farmácia Central do Exército, sempre no exercício do ofício de Farmácia. É da essência deste mister a função de servir executando a missão de intermediário (e esta mediação no nosso caso significa por exemplo: gerir, adquirir, preservar, armazenar, conservar, planear, prever, produzir, analisar, controlar, disponibilizar, ter à ordem de, responsabilizar-se por, fornecer), que na Saúde Militar se traduz no desempenho do mandato em que se consubstancia a nobre missão da Farmácia Militar de «Na Saúde Facultar os Meios». O Laboratório Militar é, em suma, o prestador de serviços ao Exército na sua área de actuação definindo-se como o organismo de logística farmacêutica do Exército, dotado de autonomia administrativa e financeira, destinado a satisfazer o reabastecimento de medicamentos, material sanitário incluindo dispositivos médicos e reagentes aos Hospitais Militares e a todas as outras Unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército. Com efeito, a sua actuação desenvolve-se quer no âmbito da logística de produção quer no âmbito da logística operacional ou de consumo.

Considerando o conjunto de actividades logísticas desempenhadas e as suas características de utilidade, prontidão e continuidade pode dizer-se que o Laboratório Militar está solidamente fixado nas premissas subjacentes ao conceito de Exército nacional permanente assegurando uma área estratégica fundamental, prestando serviços indispensáveis e com auto-suficiência económica e financeira, constatando-se a sua perfeita integração nas missões das Forças Armadas tal como vêm sendo definidas, atentas as novas realidades estratégicas, económicas e sociais do país e do espaço transnacional onde nos inserimos.

António Manuel Cruz de Sousa

Coronel Farmacêutico

Director do Laboratório Militar de 1998 a 2000



---

# SÍNTESE HISTÓRICA

## Antecedentes

*“(...) os pharmacêuticos militares são officiaes scientificos como os facultativos, como os artilheiros, como os engenheiros, como os do estado-maior, enfim como todos os outros officiaes que têm um curso e, conseguintemente, merecem todas as garantias que as leis lhes negam, concedendo-as a outros. (...)”*

Major-General Médico Manuel António Cunha Belém,  
Câmara de Deputados, sessão de 10 de Maio de 1882.

Apesar de, desde sempre, terem existido boticários ao serviço das Forças Armadas, a primeira indicação que se encontra relativamente ao Exército data de 16 de Fevereiro de 1644, quando D. João IV contrata Luiz Gomes da Costa para Boticário da Gente da Guerra no Castelo de S. Filipe, na Ilha Terceira, a fim de fornecer todos os medicamentos necessários às tropas.

Mais tarde, a 17 de Março de 1665, D. Afonso VI passa alvará a favor de Domingos da Costa Pontes, boticário do Infante D. Pedro (futuro D. Pedro II), para que fossem da sua Real Botica, as mezinhas para os soldados doentes no Hospital Militar do Castelo de S. Jorge em Lisboa. Pode dizer-se que as tradições da Farmácia Militar Portuguesa remontam a esta data, pois a partir



daqui há sempre notícia de boticários e as actividades farmacêuticas no Exército passam a ter carácter de continuidade.

Pela mesma época são admitidos, nas fragatas da nossa Armada, os Boticários de Bordo. A Classe de Farmacêuticos da Marinha viu o seu quadro aprovado em 1842, se bem que só a 20 de Outubro de 1859 seja contemplada com legislação que lhe confere patentes e vencimentos iguais aos do Exército, cujos farmacêuticos receberam as suas patentes militares 6 meses antes. Na realidade, por Carta de Lei de D. Pedro V, datada de 16 de Abril de 1859, é criado o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército (na altura designado por Corpo de Farmacêuticos Militares), abrangendo cinco dos farmacêuticos que, como empregados, prestavam serviço nos Hospitais Militares e no Depósito de Medicamentos do Exército. Este mesmo diploma contempla também a Classe de Sargentos de Farmácia que serviam na botica dos hospitais militares.

É, porém, Leonardo da Costa Almeida o primeiro boticário a exercer um cargo público de carácter permanente ao serviço do Exército: em 1713, foi nomeado e assumiu as funções de Boticário do Hospital do Castelo de S. Jorge, coincidindo esta nomeação com a separação da Botica deste Hospital da Botica da Corte, até aí juntas.

Em 1797 foi publicado o Regulamento do Serviço de Saúde em que, pela primeira vez, o boticário é referido como *pharmacêutico*. Competia-lhe, entre outras funções, a escolha do local para instalação da botica dentro do hospital, o que corresponde a um extraordinário avanço nas relações entre administradores, médicos e boticários, considerando que, passados dois séculos a situação ainda não é assim tão líquida. Este mesmo Regulamento vem criar o Dispensatório Geral do Exército, substituindo o Arsenal Real do Exército, na função de abastecimento de medicamentos e de material sanitário. Em 1805, novo Alvará Real manda estabelecer, em Lisboa e Coimbra, os Dispensatórios Gerais dos Hospitais



Militares, que são depósitos com laboratório para a preparação de medicamentos. Em 1825 é criado o Depósito de Medicamentos do Exército para, em 1837 se dividir em três Depósitos Gerais, sediados junto aos Hospitais Militares de Lisboa, do Porto e de Elvas, os quais, em 1851, em virtude de novo Regulamento Geral do Serviço de Saúde do Exército, dão lugar a dois Depósitos estabelecidos em Lisboa: o Depósito Geral de Roupas e Objectos de Cirurgia e o Depósito Geral de Medicamentos. Aquele Regulamento previa a existência de três empregados farmacêuticos, um para cada Hospital Permanente e um para o Depósito Geral de Medicamentos, como seu director. Estava assim criada a primeira instituição farmacêutica castrense.

A 16 de Abril de 1859, por Carta de Lei de D. Pedro V é dada nova organização ao Serviço de Saúde criando-se, efectivamente, o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército, com as patentes de capitão e de tenente sendo, então, composto pelos seguintes farmacêuticos: capitão João Florindo da Silva, director do Depósito Geral de Medicamentos; tenentes António José Teixeira Emiliano, António Joaquim Labate e António Francisco de Lima, respectivamente, como chefes dos Serviços Farmacêuticos do Hospital Regimental Reunido de Elvas, do Hospital Militar da Estrela e do Hospital Militar do Porto.

Labate é, sem dúvida, o mais qualificado destes pioneiros e foi o grande dinamizador da criação do Quadro. Homem com marcado prestígio profissional e social, reformulou e prestigiou os Serviços Farmacêuticos no Hospital Militar da Estrela, foi director do Depósito Geral de Medicamentos e um dos fundadores e presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana, entidade que veio a transformar-se na Ordem dos Farmacêuticos. Ao fim de uma vida toda ela dedicada ao engrandecimento da profissão, é reformado com patente de major, morrendo quase na miséria.

Curiosamente, com a Corte recém-chegada ao Brasil, o Príncipe Regente D. João, por Decreto 21 de Maio de 1808, nomeia



Joaquim José Leite Carvalho para boticário do Hospital Militar e da Marinha do Rio de Janeiro. Esta data tem-se como a da fundação do actual Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército do Brasil foi criado no dia 7 de Março de 1857, isto é, dois anos antes do nosso). Como é natural, e como acontece em quase todas as Forças Armadas do mundo, os farmacêuticos militares brasileiros atingem a patente de oficial general.

Com as reformas da República, opta-se, em 1911, pela existência de um único Depósito Geral de Material Sanitário para abastecimento de Hospitais Militares e Unidades. Este, que a partir de 1976 foi dirigido por coronéis farmacêuticos, manteve-se em actividade até 1997, sendo nessa data desactivado e o armazém de material sanitário integrado na estrutura do Laboratório Militar.



**Capitão Farmacêutico Antônio Joaquim Lobante**  
Dinamizador da criação do Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército



**Coronel Farmacêutico Augusto Pereira da Silva**

Director da Farmácia Central do Exército  
de 1 de Abril de 1918 a 14 de Abril de 1919  
e de 16 de Agosto de 1926 a 25 de Janeiro de 1930



## Farmácia Central do Exército

*"(...) Sendo indispensável tomar medidas urgentes para que o serviço farmacêutico militar possa ocorrer rapidamente e de maneira económica às necessidades dos serviços de saúde do exército:*

*O Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:*

*Artigo 1º É criada a Farmácia Central do Exército (...)."*

Decreto nº 3 864, de 16 de Fevereiro de 1918.

Durante a I Guerra Mundial (1914-1918) os Farmacêuticos Militares Portugueses que estiveram a exercer a sua acção nos hospitais da Flandres aperceberam-se que se encontravam privados de apoios logísticos de toda a ordem. De entre eles, o reabastecimento de medicamentos e de material sanitário não seria o de menor importância, sendo que a falta de uma unidade farmacêutica tornava ineficazes as acções sanitárias na frente de combate. Uma vez regressados a Portugal, vieram a dar corpo à sua principal unidade, criada de acordo com o do plano de intervenção da entrada de Portugal na guerra. Para o efeito foi dado corpo, pelo Decreto nº 3 864, de 16 de Fevereiro de 1918, a um estabelecimento farmacêutico com a missão de executar as acções da logística farmacêutica destinadas ao esforço de guerra: a Farmácia Central do Exército. Terminado o conflito, aquele órgão manteve as suas autonomia e capacidade de manobra, atributos que chegaram aos nossos dias sem alterações de fundo e consubstanciando, desde sempre, a verdadeira essência da actividade farmacêutica militar.





A Farmácia Central do Exército destaca-se então do Depósito Geral de Material Sanitário e sai de algumas salas que ocupava no convento do Sagrado Coração de Jesus, à Estrela, vindo a instalar-se no palacete do Conde de Tarujo, à rua de Campolide, que dispunha de considerável área de terreno para o cultivo das espécies botânicas mais utilizadas na confecção e na manipulação dos medicamentos. Aí ficou e se desenvolveu durante meio século. O País passou a dispor, desde então, de uma estrutura logístico-farmacêutica capaz e autónoma que, adaptando-se à evolução do Exército e das ciências e técnicas farmacêuticas, perdura até hoje desempenhando a sua missão, de forma exemplar, agora com a designação de Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, conforme a lei nº 2 020, de 19 de Março de 1947.

Desde então, quer em tempo de paz, quer em períodos em que Portugal se viu envolvido em conflitos armados, esta instituição vem praticando quase todos os actos próprios da profissão farmacêutica, nomeadamente a produção de medicamentos e o seu controlo analítico, a prática de análises clínicas, análises de águas e acções de sanitarismo e o reabastecimento de medicamentos e outros produtos farmacêuticos. Logicamente os utentes são os Hospitais e os Centros de Saúde Militares, as Unidades Militares e os militares individualmente e suas famílias.

Na sua criação, este organismo fez parte dos Estabelecimentos Produtores do Ministério da Guerra e os seus destino e gestão científica, técnica, económica e financeira foram entregues, em exclusivo, ao Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército. Foi seu primeiro director o Coronel Farmacêutico Augusto Pereira da Silva, que assinou a Ordem de Serviço nº 1 em 1 de Abril de 1918. O director presidia também ao conselho administrativo e ao conselho técnico, sendo este constituído pelos chefes das secções fabris e pelos chefes do serviço farmacêutico do Hospital Militar de Lisboa e do Depósito Geral de Material Veterinário.



A curto prazo, a Farmácia Central do Exército projectou-se como uma das primeiras grandes unidades da então incipiente indústria farmacêutica em Portugal, tendo a acção meritória desenvolvida levado a impor-se no meio farmacêutico português, onde conquistou uma posição de relevo, tendo-se tornado num verdadeiro centro irradiador de conhecimentos científicos e técnicos. Por outro lado as diferentes gerações de farmacêuticos militares têm conseguido manter o alto nível técnico, científico e profissional que souberam alcançar, podendo afirmar-se que, desde a criação da Farmácia Central do Exército, a vida do Quadro Oficiais de Farmacêuticos do Exército se confunde quase totalmente com a do Estabelecimento.

Aquando da sua criação em 1918, abre uma Delegação em Lisboa no Convento da Encarnação e outra anexa ao Hospital Militar do Porto. Em 1921 criam-se as Cantinas Farmacêuticas junto dos principais Regimentos e abrem-se Delegações para apoio aos outros Hospitais Militares, que estavam sediados não só junto aos quartéis-generais das Regiões Militares (Lisboa, Porto, Coimbra, Tomar e Évora), mas também os que cobriam a fronteira, desde Chaves até Tavira. Estendeu-se assim a acção da Farmácia Central do Exército a todo o território nacional. Tinha por missão, para além do reabastecimento de medicamentos, apósitos e outros produtos farmacêuticos, também a execução das análises clínicas nos Hospitais Militares a que estavam anexas: Estrela, Belém, Campo Entrincheirado de Tancos, Porto, Chaves, Praça Militar de Elvas, Coimbra, Braga, Vila Real, Viseu, Tomar, Évora, Bragança, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Funchal. Em todos estes lugares estavam farmacêuticos militares e o respectivo Quadro tinha, por esta altura, quarenta e um lugares.

Depressa se constatou que, com aquele sistema descentralizado, o reabastecimento farmacêutico passara a ser mais rápido e menos oneroso, pelo que, com as necessárias adaptações, esta filosofia se mantém ainda hoje, servindo Hospitais Militares, Unidades e Família Militar. Com efeito, a existência de Sucursais e Delegações



junto aos Hospitais Militares, liberta estes de encargos estruturais e procedimentos administrativos, permitindo que os farmacêuticos hospitalares desenvolvam o seu trabalho, mais virado para o acompanhamento terapêutico instituído ao doente acamado e para o controlo dos consumos. As actuais Sucursais, Delegações e Farmácias do Laboratório Militar completam ainda a prestação de cuidados de saúde, com a dispensa de medicamentos no regime de consulta externa e em apoio aos militares reformados.

É no período de 1920 a 1940 que os oficiais farmacêuticos mais se destacam na profissão: ao mesmo tempo que de dedicam à consolidação da posição que a Farmácia Central do Exército rapidamente adquirira no panorama farmacêutico nacional, estudam e pesquisam. As experiências efectuadas, os ensaios realizados e as técnicas ensaiadas entre 1925 e 1929 nos laboratórios de química e de química-física do Serviço de Análises e Estudos consubstanciaram-se nos *“Métodos de Análise dos medicamentos destinados ao Exército”* que vieram a ser adoptadas pelo Governo de então, que aceitou a oferta que a Comissão fez no seu Relatório final, datado de 14 de Julho de 1934: *“Se se entender que ela merece a honra de ser aprovada pelo Governo da Nação, e vier a ser publicada como farmacopeia legal, o que se ambiciona em primeiro lugar, é que o facto sirva de estímulo bastante para o estudo, por parte dos farmacêuticos portugueses, dos problemas que interessam à revisão das farmacopeias. Desta maneira se conseguirá trazer em dia o nosso código farmacêutico e se tornará possível a colaboração portuguesa nos trabalhos internacionais deste género”*.

É assim que o longo trabalho, levado a cabo durante 5 anos, se tornou no núcleo da IV Farmacopeia Portuguesa, publicação oficial e obrigatória, súmula dos conhecimentos farmacêuticos, que contém *“as modernas exigências da farmácia”*. Esta Farmacopeia, que veio substituir a Pharmacopéa Portuguesa de 1876, foi publicada em 1935, foi revista e actualizada pelos mesmos farmacêuticos, tendo a 2ª edição surgido em 1946, a qual, com



algumas correcções e adendas, vigorou até 1986 e ainda hoje é consultada e tida como livro de referência. As actas das reuniões da Comissão, que decorreram na Delegação do Convento da Encarnação, continuam na posse do Laboratório Militar e já estiveram patentes ao público por várias vezes, designadamente na exposição sobre *"Farmacopeias e outras obras de Farmácia"*, que ocorreu em Março de 1998, em Lisboa, aquando das II Jornadas do INFARMED.

Durante a II Guerra Mundial (1939-1945), a Farmácia Central do Exército foi chamada para dar apoio logístico-farmacêutico a todos os contingentes militares que se deslocaram em missão de soberania para as Ilhas Adjacentes e para as Colónias. Para o efeito mobilizou todos os recursos humanos e técnicos e abriu Delegações nos Açores e na Madeira e em Angola, Cabo Verde, Guiné, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor. Os farmacêuticos militares chamados a acompanhar os contingentes tiveram assim oportunidade de contactar as culturas dos territórios ultramarinos de África, da Ásia e da Oceania.



Edifício Sede da Farmácia Central do Exército, de 1918 a 1947  
e do Laboratório Militar da Produtos Químicos e Farmacêuticos, de 1947 a 1968



---

## Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos

*“(...) O Ministério da Guerra só terá na sua dependência os estabelecimentos ou organizações industriais e comerciais indispensáveis ao provimento das necessidades da defesa nacional (...) para mais perfeita eficiência da força armada, no que diz respeito a rapidez de acção e segurança ou manutenção de segredo em assuntos relativos à mesma defesa”.*

Base I da Lei 2.020, de 19 de Março de 1947

*“(...) Para execução do disposto na base I, o Ministério da Guerra terá na sua directa dependência:*

*(...)*

*9) O Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos*

*(...)*

*§ 9º. O Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos destina-se à manipulação e fabrico de medicamentos e outros produtos químicos necessários ou requeridos pelos serviços de saúde militar (...).”.*

Base III da Lei 2.020, de 19 de Março de 1947

As necessárias adaptações do Exército ao pós-guerra trouxeram novas estruturas aos Estabelecimentos Produtores do Ministério da Guerra para os “tornar mais aptos a satisfazer as suas finalidades“. É assim que, pela lei nº 2 020, de 19 de Março de 1947, aqueles Estabelecimentos passaram a designar-se Estabelecimentos Fabris do Exército e a Farmácia Central do Exército se transformou em Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, recebendo como legado todo o seu inestimável património físico,



técnico, científico, cultural e organizacional, bem assim como as tradições da Farmácia Militar Portuguesa. Porém, a reorganização pós-guerra reduz radicalmente os quadros do Exército e o recém-criado Laboratório Militar vê encerradas algumas das suas delegações, ficando os oficiais farmacêuticos confinados a um quadro orgânico com poucas perspectivas. Foi seu primeiro director o Tenente Coronel Farmacêutico António Borges Sacôto, homem muito conceituado junto da indústria farmacêutica de então e que estava à frente dos destinos da Farmácia Central desde 1942. Assina a Ordem de Serviço nº 1 do Laboratório Militar em 2 de Janeiro de 1948, se bem que já haja documentos de 1947 com a nova designação, nomeadamente o seu primeiro “Catálogo”.

Na sequência da Guerra, apareceram novos e mais poderosos medicamentos que deram corpo a uma verdadeira revolução na terapêutica. O Laboratório Militar não se alheou deste surto mundial de progresso científico e tecnológico e, logo em 1947, manipulava e produzia medicamentos da nova geração, podendo afirmar que todos os seus medicamentos eram *“preparados segundo fórmulas bem definidas, com produtos químico-farmacêuticos previamente controlados”*, garantindo *“a sua pureza e o seu valor terapêutico”*, conforme se pode ler no citado “Catálogo”. Em 1950 já se manipulavam a penicilina e outros antibióticos numa moderna câmara asséptica, utilizando infra-estruturas, equipamento e tecnologia que, à data, eram ainda muito pouco comuns entre nós. O Laboratório Militar estava na primeira linha da moderna indústria farmacêutica e toda a sua estrutura técnica e científica sofreu, nos anos 50 um grande incremento, que foi a verdadeira semente dos frutos que se vieram a colher e que se consubstanciaram em legislação posterior que manteve e desenvolveu a actividade fabril, como motor do Laboratório Militar.



### Farmácia Central do Exército

Aspecto da 2ª Secção dos Serviços Industriais (produção de injectáveis) nos anos 40





### Farmácia Central do Exército

Aspecto da 3ª Secção dos Serviços Industriais (produção de comprimidos e xarope) nos anos 40



À entrada da década de 60, este Estabelecimento Fabril do Exército, como órgão da cadeia logística, realizava 4 actividades fundamentais:

- fabricava e controlava medicamentos e material de penso;
- adquiria, armazenava e distribuía medicamentos, vacinas, reagentes para análises clínicas e outros produtos farmacêuticos usados no Exército;
- executava análises clínicas, bromatológicas, toxicológicas e hidrológicas;
- era responsável por acções de desinfectação, de desinfestação, de desratização e outros actos sanitários relativos à higiene das tropas e dos quartelamentos.

Com uma ou outra adaptação, designadamente o importante encargo que lhe foi conferido de assumir a gestão de artigos de material médico-cirúrgico (classe VIII de reabastecimento - material sanitário), após a desactivação do Depósito Geral de Material Sanitário (1997), é ainda hoje esta a base da missão e das actividades do Laboratório Militar.

Voltou ao esforço de guerra durante 13 anos, aquando das Guerras de Independência das ex-colónias. De 1961 a 1974, fiel à sua tradição e aos seus objectivos, o Laboratório Militar instalou Delegações junto aos Hospitais Militares nos Territórios Ultramarinos: Pangim, Macau, Díli, Luanda, Bissau, Lourenço Marques, Beira, Nampula e Nova Lisboa. O reabastecimento de medicamentos, de outros produtos farmacêuticos e de grande parte dos artigos de material sanitário foi mantido ininterruptamente e sempre ao mais alto nível durante os 13 anos que durou a guerra. De realçar que o Laboratório Militar foi o único canal de reabastecimento de todas as unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea empenhadas nos 3 teatros de operações, o que chegou a envolver 180 000 militares e que dá bem a medida da



sua capacidade e do interesse estratégico e tático da sua existência. Foi por essa altura que, merecidamente, o Laboratório Militar ganhou a divisa de «*Semper et ubique*» que se encontra sotoposta ao escudo do seu brasão de armas, justificando-se também plenamente que o termo «LM» tivesse, naquelas paragens, o significado de medicamento. Para além desta actividade própria do reabastecimento, os oficiais farmacêuticos tiveram a oportunidade de contactar e aprender a lidar com as doenças tropicais e a utilizar os medicamentos destinados à sua prevenção e tratamento.

Apesar das contínuas mobilizações a que os oficiais farmacêuticos estavam sujeitos para dar apoio às tropas empenhadas nas operações nos territórios ultramarinos, o Laboratório Militar continuava a proporcionar-lhes possibilidades de estudo e de aperfeiçoamento. É, assim, uma das épocas mais férteis das actividades por si desenvolvidas:

- publicam numerosos trabalhos originais e revisões de conjunto em revistas da especialidade;
- editam o boletim “Colóquio”, dedicada à divulgação das actividades e trabalhos desenvolvidos nos diversos departamentos técnicos do Laboratório Militar;
- apresentam trabalhos e comunicações científicas e técnicas em congressos, jornadas, simpósios e outros encontros profissionais e científicos;
- adquirem, para a biblioteca, obras de grande valor e actualidade, como apoio aos diversos departamentos técnicos;
- organizam a reunião da Secção de Farmacêuticos Militares da Fédération Internationale Pharmaceutique (FIP) que decorreu, em 1972, nas instalações do Laboratório Militar e teve a participação de mais de 100 farmacêuticos militares estrangeiros de todo o mundo;
- participam em comissões de âmbito nacional, como a do Formulário Galénico Nacional;



- colaboram com o Ministério da Saúde, sobretudo no campo da qualidade dos medicamentos e de outros produtos farmacêuticos;
- contribuem decisivamente para a criação da Ordem dos Farmacêuticos.

Foi nesta aura de prestígio do Estabelecimento e dos seus quadros, que o Laboratório Militar foi galardoado, em 1967, com a medalha de Alta Distinção da Academia Brasileira de Medicina Militar, em *“reconhecimento público da sua relevante contribuição para o desenvolvimento das ciências médicas”*.

Mantendo no território europeu Delegações em Lisboa (junto ao Hospital Militar da Estrela, ao Hospital Militar de Belém, à Cooperativa Militar, à Manutenção Militar, ao Supermercado Militar de Campolide e na Sede), em Coimbra (junto ao Hospital Militar), no Porto (uma junto ao Hospital Militar e outra no Complexo Comercial Militar da Boavista), em Évora (junto ao Supermercado Militar), em Tomar, no Campo Militar de Santa Margarida e no Polígono Militar de Tancos, o Laboratório Militar ampliava o seu ritmo de produção e de modernização inaugurando, em 30 de Dezembro de 1968, com a presença do Presidente da República, as actuais instalações que, por essa altura, eram uma das mais modernas e mais bem equipadas unidades do parque industrial nacional. Este novo edifício, património do Laboratório Militar, foi estudado por uma comissão de oficiais farmacêuticos que se deslocou a vários países da Europa para se inteirar do que de mais moderno havia em instalações e equipamento.

Para a transferência para as novas instalações os oficiais farmacêuticos do Laboratório Militar tiveram de estudar espaços, adquirir o mais moderno e sofisticado equipamento e formar pessoas, isto é, fazer com que a Indústria Farmacêutica Militar saísse do artesanato e adquirisse o estatuto próprio da era moderna. Lançaram-se novas fórmulas farmacêuticas, ensaiaram-se novas técnicas analíticas, modernizou-se a maquinaria e



rentabilizou-se a produção, o que levou a que o Laboratório Militar passasse a ser um dos mais importantes, sérios e acreditados produtores nacionais de medicamentos, nomeadamente de injectáveis de grande volume.

Este edifício faria parte de um futuro Laboratório Central do Exército, estudado e proposto pelos oficiais farmacêuticos do Laboratório Militar. Tratava-se de um grande complexo laboratorial participado por todos os Estabelecimentos Fabris do Exército, com instalações e equipamento próprio para se proceder à análise de todos os materiais produzidos ou adquiridos pelo Exército. Como tantas outras grandes ideias inovadoras, também esta sofreu de incompreensões dos poderes estabelecidos e ficou pelo caminho. Restou o edifício do Laboratório Militar cuja construção modular tem permitido as mais diversas adaptações e, sem quebra da harmonia inicial, tem-se conseguido encontrar as melhores soluções técnicas e aumentar a operacionalidade. Ao longo destes últimos 30 anos o Laboratório Militar tem sabido manter as boas condições de trabalho e de habitabilidade do edifício, o que foi sempre feito exclusivamente com verbas do seu orçamento, designadamente as grandes obras de recuperação efectuada recentemente e o arranjo dos espaços envolventes.

O «25 de Abril» vem, pois, encontrar o Laboratório Militar provido de um departamento industrial bem equipado e moderno, de um bom serviço da qualidade, de um vasto e bem distribuído número de sucursais e de um excelente laboratório de análises clínicas, podendo afirmar-se que satisfazia a maior parte das valências próprias da profissão farmacêutica.

De 1975 a 1990, após o fim das Guerras de África com a consequente perda do enorme património que ali empenhara (edifícios, viaturas, mobiliário), com a entrega dos valiosos stocks em medicamentos, material sanitário e outros produtos farmacêuticos (que correspondiam às necessidades de reabastecimento dos três Ramos das Forças Armadas nas três



Lançamento da 1ª pedra do novo edifício do Laboratório Militar, em Olivais Norte



Saída dos trabalhadores (1972)



frentes) e com o regresso maciço de militares e de trabalhadores civis, que continuaram a constituir encargo do Laboratório Militar, encetou, autonomamente, a procura de novos mercados para colocação dos seus produtos e serviços, para aproveitamento económico das suas potencialidades e capacidades científicas, técnicas e organizacionais e para, de algum modo, fazer face às enormes dificuldades financeiras a que se viu remetido por aquelas perdas nunca terem sido ressarcidas nem nunca ter recebido qualquer tipo de contrapartida.

Procedeu-se então, a um esforço de investigação e desenvolvimento galénico sem precedentes: fez-se a revisão de todos os seus medicamentos de acordo com o Formulário Hospitalar Nacional de Medicamentos, que passaram a ser designados, na sua esmagadora maioria, pelo nome genérico ou designação comum internacional (DCI) indicado naquele Formulário e, conforme o “Catálogo LM” de 1980, actualizaram-se as especificações de controlo à luz das mais modernas farmacopeias. Procedeu-se também ao reequipamento segundo as novas técnicas e características da produção e da qualidade dos medicamentos; do mesmo passo, estabeleceram-se ligações com diversos organismos estatais de saúde e explorou-se o caminho da exportação, designadamente para os novos países saídos da descolonização.

Esta imensa actividade resultou numa permanente troca de conhecimentos e de tecnologias, que levou a uma nova gama de fabrico, de que faziam parte, por exemplo, as “Soluções para Hemodiálise LM” destinadas ao Serviço de Hemodiálise do Hospital Militar Principal, produção que, depois, se estendeu a outros hospitais militares e inúmeros hospitais civis; ao aparecimento de alguns medicamentos específicos para determinadas patologias, tais como as soluções injectáveis de silicone e de fluoresceína sódica, ambas para oftalmologia, e as cápsulas de sulfato de quinino para administração a hemodialisados. Dos chamados “medicamentos órfãos” (que são aqueles que a Organização

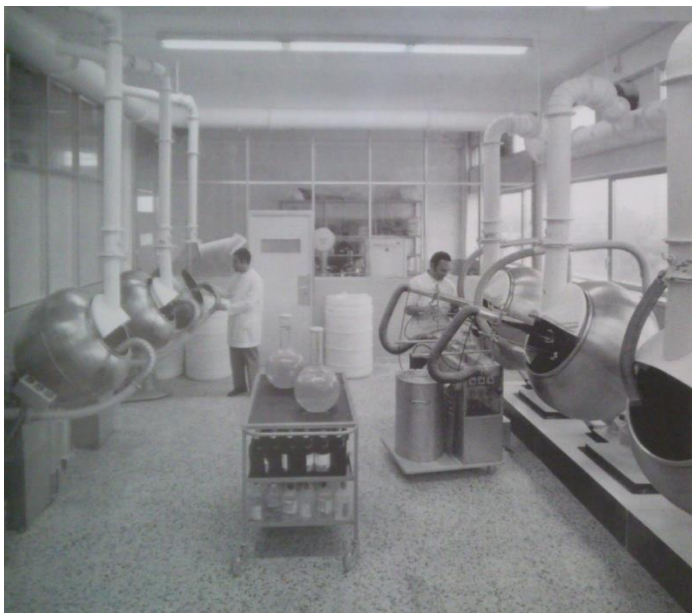




Mundial de Saúde continua a considerar necessários, mas que as companhias farmacêuticas não fabricam porque os números de produção não correspondem a rácios de rentabilidade positivos), o Laboratório Militar produz, ainda, para os hospitais de todo o País, entre outros, os seguintes injectáveis: adrenalina, atropina, efedrina, isoprenalina, lidocaína, morfina, petidina, procaína. Simultaneamente desenvolveram-se novas técnicas analíticas, algumas pioneiras em Portugal como é o caso do método “LAL” (floculação pelo lisado amebócito de limulus) para despiste de pirogénios.

Desencadearam-se também novas acções viradas para o exterior, nomeadamente o controlo do material de penso usado nos hospitais estatais, o controlo da esterilidade dos blocos cirúrgicos da rede hospitalar nacional, a detecção de óxido de etileno em material cirúrgico, o controlo dos níveis microbiológicos de ambientes hospitalares e outros actos ligados à higiene hospitalar. De acordo com um despacho conjunto assinado entre o Estado-Maior General das Forças Armadas e os Ministérios da Defesa Nacional e dos Assuntos Sociais (29 de Novembro de 1979) iniciou-se o fornecimento de medicamentos da sua linha de fabrico aos diversos estabelecimentos da rede hospitalar nacional, situação que, se bem que muito reduzida, ainda hoje perdura, estendendo-se não só aos hospitais, mas também às Administrações Regionais de Saúde. É também desta época a colaboração, que se mantém, com o Serviço Nacional de Emergência Médica, para produção e fornecimento de antídotos de venenos, como seja o “Xarope de Ipeca LM”.

Esta ligação aos hospitais civis mostrou-se tecnicamente muito vantajosa, uma vez que manteve vivas e actuautes as capacidades técnicas e científicas, carreou novo equipamento para os sectores industrial, analítico e comercial, originou a obtenção dos maiores níveis de produção de sempre, permitiu que durante alguns anos se processasse uma permanente troca de conhecimentos e de tecnologias e se desencadeassem novas acções do foro sanitário,



Sector de produção de drageias (1970)



Especificação de medicamentos para as Sucursais do Ultramar (1971)



o que manteve o Laboratório Militar no elevado conceito a que se tinha alcançado no mundo farmacêutico nacional.

A toda esta actividade se deve ainda juntar a participação de oficiais farmacêuticos do Laboratório Militar em numerosas comissões técnicas de âmbito nacional: Comissão Permanente do Formulário Hospitalar Nacional de Medicamentos, Comissão Técnica de Anti-sépticos e Desinfectantes, Comissão Portuguesa de Normalização de Materiais de uso Médico-Farmacêutico, Comissão da Farmacopeia Portuguesa, Conselho Nacional da Qualidade e Grupo de Farmacêuticos de Indústria Europeia. Oficiais farmacêuticos do Laboratório Militar têm vindo, em diversas ocasiões, a ocupar importantes cargos, quer da Administração Pública (Director-Geral dos Assuntos Farmacêuticos, Presidente do Conselho de Administração do INFARMED – Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento), quer no âmbito empresarial civil (Presidente da APIFARMA – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CODIFAR – Cooperativa Distribuidora Farmacêutica), quer na Ordem dos Farmacêuticos (Presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Presidente da Mesa da Assembleia Regional de Lisboa, membros da Direcção Nacional, da Direcção Regional de Lisboa e dos Conselhos de Especialidade), quer ainda a nível internacional (Presidente da European Society of Clinical Pharmacy, Vice-Presidente da Fédération Internationale Pharmaceutique e Vice-Presidente do European Industrial Pharmacists Group).

O Laboratório Militar nunca descurou, porém, a sua finalidade e as suas obrigações para com o Exército e a Família Militar: nos anos 70, foi uma das primeiras unidades de indústria farmacêutica que, em Portugal, procurou adaptar às novas correntes do campo da qualidade, consubstanciadas nas GMP (Good Manufacturing Practice – Normas de Bom Fabrico de Medicamentos), que envolveram novas metodologias e profundas modificações de adaptação no edifício, não só das áreas de trabalho, como também



das áreas sociais (refeitórios, corredores, vestíbulos, etc.). Concomitantemente com a elaboração do respectivo manual das Normas, o Laboratório Militar manteve o esforço de reequipamento, adquirindo modernas máquinas e aparelhos de grande rendimento e fiabilidade, o que tornou os “Produtos LM” mais seguros, mais eficientes e com maior qualidade. De referir, como nota curiosa, que as GMP só começariam a ser implementados na indústria farmacêutica nacional nos finais dessa década.

Quer isto dizer que, apesar de se tratar de uma área altamente sensível, competitiva e de grande complexidade, como a que envolve o mundo do medicamento, o Laboratório Militar conseguia emparceirar, se não mesmo estar à frente de muitos laboratórios farmacêuticos nacionais e estrangeiros.

Da sua organização interna deverá destacar-se também o grande incremento que foi dado à Biblioteca, com aquisição de livros técnicos de grande actualidade e assinatura das mais modernas revistas da literatura farmacêutica, a que se juntou a publicação regular de um “current contents” que cruzava com idênticas publicações das suas congêneres das Faculdades de Farmácia e outros organismos; ao mesmo tempo foi criado um serviço de informação e documentação (publicação de artigos, conferências, textos e cópia de artigos técnicos e científicos, etc.).

Não admira, pois, que, durante a década de 80, as Universidades procurassem a colaboração activa do Laboratório Militar: nos anos lectivos de 1982-83 e 83-84 colaborou na organização e ministrou os primeiros estágios pré-graduação em Farmácia de Oficina e Hospitalar da licenciatura em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia de Lisboa; posteriormente, foi sede de estágios de pós-graduação em Indústria Farmacêutica e em Análises Clínicas. Em paralelo, foram assinados com aquela Faculdade alguns protocolos de investigação farmacêutica, designadamente o que se refere à *“Determinação da Qualidade de Matérias Primas usadas na Indústria Farmacêutica”*. Também as



Sucursal de Lourenço Marques (Moçambique) (1972)



Sucursal de Bissau (guiné): atendimento à Família Militar (1973)



---

suas instalações e equipamento foram cedidos à Ordem dos Farmacêuticos para as provas práticas dos exames da especialidade em Análises Clínicas.

É ainda neste período de grande expansão técnica que o Laboratório Militar colabora activamente na organização e nos trabalhos das “1as Jornadas de Farmácia Militar” (1984), levadas a efeito para comemorar os 125 anos da criação do Quadro de Farmacêuticos do Exército e, conjuntamente com a Direcção do Serviço de Saúde, alarga o âmbito dos serviços farmacêuticos prestados ao Exército:

- racionaliza-se a distribuição de medicamentos nos Hospitais Militares, postos de socorros e enfermarias das Unidades;
- promovem-se acções concertadas de desinfestação e de desratização nos aquartelamentos e estabelecimentos de todas as Regiões e Zonas Militares;
- alarga-se o âmbito de actividade de algumas Sucursais e Delegações ao apoio logístico à Região Militar onde estão implantadas;
- colabora-se activamente na criação e desenvolvimento dos Serviços de Farmácia Hospitalar nos Hospitais Militares, fazendo formação e cedendo pessoal, tecnologia e instalações.

De 1990 até ao presente, o Laboratório Militar sofreu outra das grandes transformações da sua existência. Legislação visando a reorganização dos Estabelecimentos Fabris do Exército levou à saída abrupta e maciça de pessoal técnico especializado, que ocorreu em finais de 1993. Daí para cá deu-se início a uma profunda reestruturação para privilegiar a prontidão do reabastecimento sanitário:

- adaptou-se toda a área industrial e o controlo de medicamentos e de material de penso à evolução da indústria farmacêutica;





- da sua linha de produção passaram a fazer parte os chamados “medicamentos órfãos” considerados indispensáveis no arsenal terapêutico, nomeadamente para uso hospitalar;
- desenvolveram-se as áreas do reabastecimento, com a reorganização e informatização do Armazém Logístico Central, onde se mantém, sustenta e suporta técnica e financeiramente um stock permanente de apoio, com medicamentos, vacinas, reagentes para análises clínicas e para despiste e combate à droga, material medicofarmacêutico, dispositivos médicos e outros produtos farmacêuticos no valor de 375 000 Euros;
- as Sucursais, Delegações e Farmácias, onde a actividade farmacêutica é praticada com ética e com níveis de qualidade e de segurança que transmitem ao doente a necessária confiança no medicamento que vai tomar, foram reinstaladas, modernizadas e totalmente informatizadas, mantendo um stock global de 400 000 Euros, também integralmente suportado pelo Laboratório Militar;
- promoveram-se reuniões descentralizadas das Sucursais, Delegações e Farmácias, não só para troca de informações, mas sobretudo para consolidação do espírito que deve enformar aqueles cuja missão é proceder ao reabastecimento sanitário e ceder medicamentos, vacinas, material de penso, dispositivos médicos e outros produtos farmacêuticos, independentemente do local;
- paralelamente, passou-se a reabastecer com maior eficiência as Unidades de norte a sul do País e a apoiar-se efectiva e realmente a Direcção dos Serviços de Saúde e os Hospitais Militares, que nunca estiveram abastecidos com tanta qualidade, tão bem e tão prontamente;
- houve um enorme empenho na prestação de serviços técnicos especializados, designadamente na modernização dos laboratórios de análises clínicas, na actualização dos métodos de análises de águas, no controlo microbiológico de ambientes hospitalares e consequentes desinfecções e na desinfestação e desratização de instalações militares;



- no seu âmbito de acção e em ligação à comunidade científica, designadamente à Faculdade de Farmácia de Lisboa, ao Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) e à Ordem dos Farmacêuticos, enveredou-se pelos difíceis caminhos da investigação aplicada às necessidades do Exército, que não são outras senão as do País (tem vindo a desenvolver, a suas expensas, dois projectos de investigação com grande interesse para o Exército: “Estudo do ambiente micro-biológico das salas cirúrgicas do HMP para prevenção de infecções cruzadas” e “Prevalência das dislipoproteinémias nos militares do Exército”);
- abriram-se os laboratórios do Serviço de Análises e Estudos para os trabalhos de uma tese de doutoramento e os de um mestrado;
- entrou-se no fechado mundo da qualidade, para o que foi definida a política da qualidade, se elaboraram procedimentos e se prepararam várias áreas laboratoriais para a acreditação, que, assim, poderão passar a ser consideradas como referenciais nacionais;
- assinaram-se protocolos de colaboração com o INFARMED para análise de matérias primas farmacêuticas, de antissépticos, de desinfectantes, de soluções para diálise e, a curto prazo, para o desenvolvimento de um programa de controlo da qualidade de dispositivos médicos não activos;
- disponibilizou-se perante o Ministério da Saúde para substituir o INSA (Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge) na área das análises clínicas, durante a recente crise ambiental porque este Instituto passou, assumindo-se, assim, como reserva nacional nos casos de emergência;
- para além de exercer as funções de verdadeira Escola Prática do Serviço Farmacêutico, ministrando instrução técnico-militar nos tirocínios e estágios para oficiais farmacêuticos e sargentos de farmácia, verificou-se um esforço adicional na formação especializada do novo pessoal contratado para, sem hiatos, se continuar a cumprir a missão;



- organizou uma série de cursos de formação profissional com duração de 8 meses, destinados aos trabalhadores civis (manipuladoras, preparadores químicos, ajudantes técnicos de farmácia, chefias intermédias administrativa e quadros médios e superiores), em parte subsidiado pelo Fundo Social Europeu;
- lançou-se um projecto de formação contínua, onde, para além da participação dos seus técnicos em cursos de formação, congressos, jornadas, simpósios, seminários e outras reuniões científicas, técnicas e profissionais, se organizaram as “Sessões Técnicas” e os “Encontros Farmacêuticos do Laboratório Militar”, onde colaboraram, como conferencistas, professores universitários e profissionais credenciados nos vários campos das ciências da saúde; organizaram-se também as “1as Jornadas de Análises Clínicas do Laboratório Militar”, com a participação de numerosos especialistas hospitalares; no ano académico 2000/01 organiza-se o ciclo de conferências “Laboratório Militar e Modernidade” e as “II Jornadas de Farmácia Militar”;
- fez um acordo com a ADSE para fornecimento de medicamentos e análises clínicas aos respectivos beneficiários;
- tem colaborado com o INFARMED, cedendo as suas instalações para sede de exames nacionais para ajudantes de farmácia;
- colaborou activamente na organização e no desenvolvimento dos trabalhos da Secção de Farmacêuticos Militares da FIP (Fédération Internationale Pharmaceutique) que, com estrondoso êxito, reuniu em 1994 no nosso País e deu aos 80 farmacêuticos militares de mais de 50 países que participaram no 54º Congresso Internacional de Ciências Farmacêuticas, uma excelente ideia sobre a Farmácia Militar Portuguesa;
- ao organizar, conjuntamente com o INFARMED e a Ordem dos Farmacêuticos, a sessão comemorativa do 2º Centenário da primeira Farmacopeia Oficial do nosso País (Pharmacopeia Geral para o Reino, e Dominios de Portugal, 1794), recordou-se, publicamente, a decisiva intervenção da Farmácia Central



Secção de Injectáveis: equipamento de enchimento de ampolas sob fluxo laminar



Câmara asséptica (antibióticos injectáveis)



do Exército e dos Farmacêuticos Militares dos anos 20 a 50, na feitura das duas edições da IV Farmacopeia Portuguesa;

- colaborou com o Ministério da Saúde, Ordem dos Farmacêuticos e Associação Nacional das Farmácias, assinando um acordo com o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxico-dependência daquele Ministério, tendo em vista a produção e distribuição de produtos destinados ao “Programa de Substituição Narcótica com Metadona”;
- finalmente, conseguiu sanear completamente as contas, de modo a apresentá-las com a desejável transparência e satisfazer as exigências do Tribunal de Contas, da Direcção-Geral da Contabilidade Pública do Ministério das Finanças e do Conselho Fiscal dos Estabelecimentos Fabris do Exército.

Com este significativo desenvolvimento que as actividades do Laboratório Militar tem vindo a sofrer, deu-se resposta cabal às crescentes solicitações da saúde, da defesa nacional e dos compromissos internacionais, designadamente os que decorrem da cooperação técnica e científica com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com organismos internacionais. É neste contexto que mantém no mais elevado nível o apoio farmacêutico e sanitário às forças nacionais destacadas no estrangeiro, organizando e encaminhando “farmácias de campanha” e “módulos de sustentação” para a ONUMOZ, UNAVEM, IFOR/SFOR/KFOR, MONUA e outras forças de paz, designadamente a UNTAET, que neste momento colabora com as autoridades internacionais que procedem à reconstrução de Timor Lorosae.

Depois de 1974, o Laboratório Militar foi alvo de variados estudos económicos elaborados por diferentes comissões de análise, as quais se pronunciaram sempre pela viabilidade do Estabelecimento. Porém, nos últimos anos (de 1992 a 1998), tal como os outros Estabelecimentos Fabris do Exército, sofreu a mais profunda análise feita por duas comissões do Ministério da Defesa (CORINDE – Comissão de Reestruturação das Indústrias de Defesa e CRACID – Comissão de Reorganização das Actividades



Industriais de Defesa), com a intenção declarada de profunda reestruturação, que poderia levar até ao encerramento do Estabelecimento e à alienação do seu património.

O decreto-lei nº 253/93, de 15 de Julho, que visava a racionalização dos efectivos dos Estabelecimentos Fabris do Exército, tendencialmente promulgado com vista ao seu encerramento, veio criar as maiores dificuldades, designadamente pela saída indiscriminada de trabalhadores, desde operários indiferenciados aos técnicos mais especializados, o que ocasionou a perda de grande parte da memória viva do Laboratório Militar. Porém, a maioria dos problemas decorrentes da aplicação daquele diploma legal, acabou por ser contornada e superada pela criteriosa reciclagem dos trabalhadores e pelas opções técnicas, organizativas e administrativas que, também autonomamente, se tomaram em tempo oportuno.

Dentro da sua normal postura, o Laboratório Militar, mais uma vez avançou com propostas de relançamento da actividade onde, sem quebra do compromisso para com o Exército, se propõe alargar o campo de acção logístico aos outros ramos da Forças Armadas, às Forças Militarizadas e às Forças Policiais; nas áreas de serviços técnicos especializados propõe-se fazer o levantamento e análise de águas da responsabilidade camarária; além disso, propõe vir a tornar-se, em simultâneo com essas actividades, no primeiro laboratório português produtor de derivados do sangue e do plasma humano, podendo libertar o País, que é o único da União Europeia que se encontra nessa situação, do recurso à aquisição de hemoderivados no estrangeiro, com todos os perigos para a saúde e a dependência estratégica a que isso conduz.

É importante referir que o Laboratório Militar se encontra, na actualidade, perfeitamente redimensionado para o cumprimento da sua missão. Os resultados positivos estão à vista e, designadamente os aspectos técnico, económico, financeiro, organizativo, estrutural, disciplinar e, sobretudo, o desenvolvimento



das capacidades da prestação de serviços, têm vindo a ser patenteados nos “Relatório e Contas” que a Direcção apresenta anualmente.

Para isso, o Laboratório Militar:

- reestruturou os Serviços e reformulou as actividades;
- tem os farmacêuticos (militares e civis) diferenciados com o grau de Especialista pela Ordem dos Farmacêuticos, embora tal não seja legalmente obrigatório;
- elaborou um “Manual de Funções” e respectivos “Conteúdos Funcionais”;
- definiu a “Política da Qualidade”;
- elaborou um “Manual de Procedimentos” e um “Manual da Qualidade”;
- trabalha com orçamentos realistas e coerentes;
- estabeleceu um “Plano estratégico director de curto/médio prazo (1996-97-98)” que foi completado por “Uma perspectiva para o futuro. Novos rumos para o ano 2003”, onde se procura desenvolver os seguintes objectivos:
  - a) Apoio territorial e de campanha, assegurando o reabastecimento sanitário no âmbito da aquisição, acondicionamento, armazenagem, produção, controlo, distribuição e manutenção de medicamentos, material sanitário, dispositivos médicos e outros produtos farmacêuticos, mantendo a reserva do Exército para os abastecimentos a seu cargo;
  - b) Colaboração com os Ministérios intervenientes, com vista ao abastecimento de medicamentos, vacinas, reagentes para análises clínicas, material de penso, material sanitário, dispositivos médicos e outros produtos farmacêuticos às nossas tropas em missões em países estrangeiros;
  - c) Controlo da qualidade dos medicamentos, do material sanitário e de outros produtos farmacêuticos;





- d) Produção, acondicionamento e distribuição de artigos sanitários tipicamente militares e de medicamentos considerados críticos ou cuja disponibilidade haja interesse em assegurar;
- e) Cooperação no controlo da higiene das tropas e das instalações militares, incluindo hospitais, nomeadamente em actos de desinfectação, desinfestação de controlo microbiológico de ambientes;
- f) Realização de análises químicas e bacteriológicas de águas, de análises toxicológicas, de análises clínicas e de outras susceptíveis de contribuir para a salvaguarda da saúde dos militares;
- g) Colaboração, no âmbito da Saúde Militar, em estudos de prevenção e defesa contra a agressão NBQ;
- h) Colaboração com outras unidades, estabelecimentos e órgãos dos Serviços de Saúde na prestação de cuidados de saúde e no apoio à Família Militar em matérias do seu âmbito de acção;
- i) Colaboração com a Escola do Serviço de Saúde Militar, assegurando a instrução técnica do pessoal, em matérias específicas do Serviço;
- j) Colaboração com as Faculdades de Farmácia para a efectivação de estágios de pré e de pós-graduação;
- k) Cooperação com as várias entidades interessadas para a instrução e estágios profissionais a naturais dos PALOP;
- l) Colaboração com as Faculdades de Farmácia, Ordem dos Farmacêuticos, INFARMED, outras entidades públicas ou privadas e, de um modo geral, com a comunidade científica, para acções de I&D tendentes a rendibilizar o seu equipamento e a otimizar as suas capacidades técnicas e científicas;
- m) Colaboração com o Ministério da Saúde, a Ordem dos Farmacêuticos e a Associação Nacional das Farmácias, no combate à toxicodependência.



Enchimento automático de cápsulas



Controlo de qualidade: laboratório de análise instrumental



Com base em todo o seu historial, na importância das actividades no desempenho das funções de reabastecimento e de serviços farmacêuticos especializados no apoio territorial e de campanha ao Exército e aos outros ramos das Forças Armadas, no insubstituível apoio, quer às missões de soberania nacional, quer às missões humanitárias no estrangeiro em que o Estado Português se tem empenhado, na extraordinária disponibilidade, permanente prontidão, reconhecida eficácia e invulgar flexibilidade de acção e na elevada importância estratégica, que importa preservar, o Laboratório Militar foi condecorado com a medalha de ouro dos serviços distintos, por portaria de 12 de Janeiro de 1999, do Ministro da Defesa Nacional.

O Laboratório Militar, pioneiro no nosso País de vários ramos da actividade farmacêutica, sendo mesmo considerado o “pai” da indústria farmacêutica nacional, e pioneiro, também, de algumas técnicas produtivas e analíticas, reconhecido por entidades civis, as mais diversas, do meio farmacêutico, do meio médico, do meio estatal ou do restrito meio da comunidade científica, é, ainda hoje, o único organismo do Exército e certamente de Portugal que congrega quase todas as áreas da actividade farmacêutica, isto é, é o local onde se praticam quase todos os actos próprios da profissão farmacêutica, sendo, assim, naturalmente o grande prestador de serviços farmacêuticos do Exército.

Por outro lado, as Forças Armadas necessitam sempre de dispor de uma massa crítica mínima autónoma. A actividade farmacêutica desenvolvida pelo Laboratório Militar inclui-se nessa massa crítica, com a vantagem de o seu estatuto jurídico lhe permitir maleabilidade para resposta em tempo útil e de os encargos de estrutura não pesarem directamente no orçamento geral do estado.



Alegoria ao Laboratório Militar  
Cartão de Teixeira Ribeiro (1973)  
Manufatura de Tapeçarias de Portalegre



---

## **MISSÃO**

O Laboratório Militar é o organismo da logística farmacêutica do Exército, dotado de autonomia administrativa e financeira, destinado a satisfazer o reabastecimento de medicamentos, material sanitário, incluindo dispositivos médicos e reagentes, aos Hospitais Militares e a todas as outras unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército.

Está integrado na estrutura do Exército, dependendo funcionalmente do Comandante da Logística, do Director dos Serviços de Saúde para os aspectos técnicos e, em assuntos de segurança e disciplina, do Comandante da Região Militar onde estão implantadas a Sede ou as Sucursais do Laboratório Militar.

Com fundamento nos documentos legais enformadores, a missão restabelecida pode caracterizar-se da seguinte forma:

- Apoio logístico no reabastecimento ao Exército, em particular, e às Forças Armadas, em geral, no que respeita a medicamentos e material sanitário, incluindo dispositivos médicos e reagentes para análises clínicas;
- Capacidade de constituição de reservas estratégicas para situações de emergência;
- Prestação de serviços na área dos cuidados primários de saúde (análises clínicas) e no campo do sanitarismo (análises de águas, desinfecções, desinfestações e desratizações);
- Investigação e desenvolvimento farmacêutico e farmacêutico-militar;
- Formação de quadros militares;
- Apoio social aos militares e à Família Militar, em medicamentos e análises clínicas.



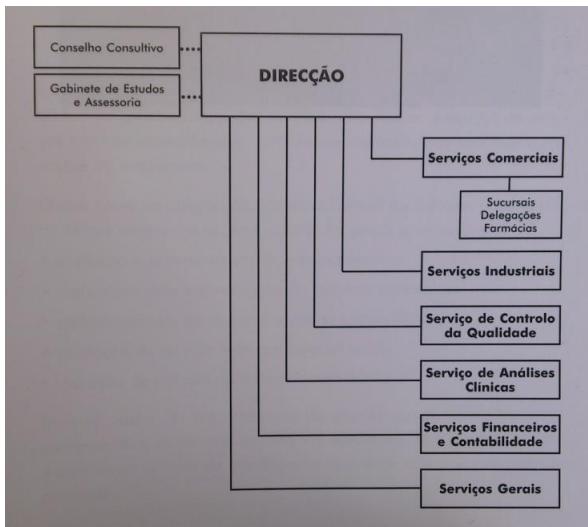
Entrada do Laboratório Militar



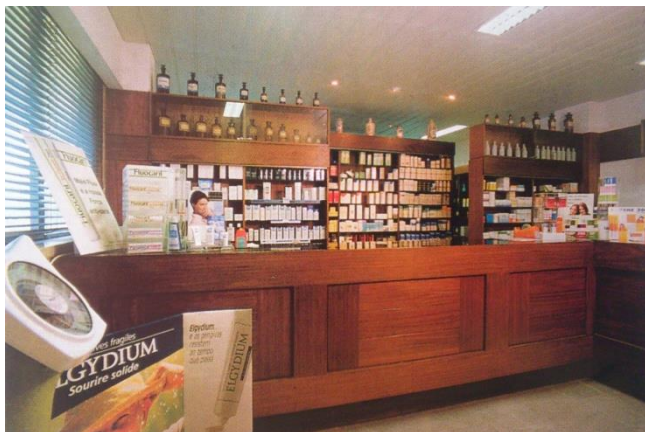
# ORGANOGRAMA

## Principais órgãos

O Laboratório Militar baseia toda a actividade numa estrutura muito simples e linear com Sucursais, Delegações e Farmácias, que resulta harmónica e eficaz e que a experiência demonstra servir quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra.







Farmácia de apoio à Família Militar na Sede do Laboratório Militar



## **ACTIVIDADES LOGÍSTICAS PRINCIPAIS**

Com implantação em todas as Regiões Militares, o Laboratório Militar é o órgão mais importante da logística farmacêutica do Exército. Continua a produzir medicamentos, com a permanente preocupação sobre a evolução e modernização do parque de máquinas e equipamentos. Nos últimos anos, como operador do canal de reabastecimento na área específica de que é responsável, dedicou a sua atenção à optimização do reabastecimento de medicamentos e outro material farmacêutico e de artigos da classe VIII (material sanitário) aos Hospitais Militares e às Unidades. Ao mesmo tempo evoluiu para uma melhor prestação de serviços técnicos especializados, com ênfase na actividade analítica e nas acções de sanitarismo.

Quase como na criação da Farmácia Central do Exército, o Laboratório Militar desenvolve as suas actividades por 5 grandes áreas:

- produção e armazenagem de medicamentos
- reabastecimento e constituição de reservas estratégicas
- reabastecimento de material sanitário (classe VIII).
- prestação de serviços técnicos especializados
- instrução de pessoal do Serviço Farmacêutico

Trata-se, assim, de um organismo de grande complexidade técnica e administrativa, de elevada importância estratégica, sem paralelo no País e com vários sectores de referência na sociedade civil, que é importante preservar.



## **Produção de medicamentos e outros produtos farmacêuticos**

Tem definida a gama base de produtos destinados a satisfazer necessidades de reabastecimento do Serviço de Saúde do Exército em medicamentos e outros produtos farmacêuticos, tendo em atenção a planificação de recursos e os factores críticos que afectam especificamente a produção, como sejam a qualidade, a capacidade de resposta, o custo, a produtividade e o tempo. A sua produção abrange quase todas as formas farmacêuticas, nomeadamente pós, comprimidos, drageias, cápsulas, supositórios, pomadas, cremes, emulsões, xaropes, soluções e injectáveis. Fabrica também desinfectantes e outros produtos não medicamentosos destinados ao conforto das tropas e, ultimamente, tem produzido “completos sanitários”, “farmácias de campanha” e os necessários “módulos de sustentação” para apoio farmacêutico às tropas deslocadas em missão no estrangeiro.

## **Reabastecimento e distribuição**

O reabastecimento às Unidades e às farmácias Hospitalares dos Hospitais Militares é feito através do Armazém Logístico Central, do Armazém de Material Sanitário e das Sucursais e Delegações da Respectiva Região Militar. Deste reabastecimento fazem parte os medicamentos e o material sanitário, incluindo dispositivos médicos e reagentes.

O Laboratório Militar é o órgão do Exército responsável pela aquisição de medicamentos directamente aos laboratórios produtores e pela sua distribuição, dispondo do estatuto de armazenista de medicamentos. As Farmácias Militares estão anexas às Sucursais e Delegações, sendo delas emanações naturais. A sua actividade de atendimento à Família Militar é



subsidiária da actividade da Sucursal, usufruindo do mesmo chefe, que é um oficial farmacêutico, do mesmo pessoal técnico e do mesmo armazém. Dificilmente se poderá encontrar fórmula mais perfeita.

A Família Militar e os militares em consulta externa encontram nas Farmácias das Sucursais e Delegações do Laboratório Militar todos os medicamentos do receituário hospitalar ou particular. Estas Farmácias estão hoje completamente remodeladas, de modo a dar o necessário apoio farmacêutico aos seus clientes e a dispensar, personalizadamente e com elevados níveis de qualidade, os medicamentos e outros produtos farmacêuticos.

O Armazém Logístico Central e as Sucursais e Delegações estão ligadas entre si por um sistema informatizado em rede, tendo-se racionalizado os procedimentos de aquisição e diminuído os prazos de entrega.



---

## Armazéns, Sucursais e Farmácias

### Armazém Logístico Central

Av. Dr. Alfredo Bensaúde  
1849-012 LISBOA  
Tel civil: 21 851 93 07 / 21 853 26 10  
Fax civil: 21 853 79 44  
Tel militar: 425 342 / 425 343  
Fax militar: 425 367  
E-mail: [chcom@laboratoriomilitar.pt](mailto:chcom@laboratoriomilitar.pt)

### Armazém de Material Sanitário

Av. Dr. Alfredo Bensaúde  
1849-012 LISBOA  
Tel militar.: 425 428  
Fax militar: 425 367

### Sucursal da Estrela

(Armazém, Farmácia e Serviços Administrativos)  
R. de Sto. António, à Estrela  
1350-291 LISBOA  
Tel civil: 21 395 90 31 / 21 395 90 32  
Fax civil: 21 397 99 11

### Sucursal do Porto

(Armazém e Serviços Administrativos)  
R. da Boavista, 240  
4050-102 PORTO  
Tel civil: 22 200 78 05  
Fax civil: 22 208 94 19  
Tel militar: 431 225 / 431 226

### Farmácia da Sucursal do Porto

Av. da Boavista (junto ao Hospital Militar D. Pedro V)  
4050-113 PORTO  
Tel civil: 22 607 96 60  
Fax civil: 22 607 96 69  
Tel militar: 431 224

### Sucursal de Coimbra

(Armazém, Farmácia e Serviços Administrativos)  
R. Vandelli  
3000-237 COIMBRA  
Tel civil: 239 70 17 72  
Fax civil 239 78 08 92  
Tel militar: 435 037

### Sucursal de Évora

(Armazém, Farmácia e Serviços Administrativos)  
R. Dr. Augusto Eduardo Nunes, 17  
7000-651 ÉVORA  
Tel e fax civil: 266 70 29 33  
Tel militar: 450 244

### Sucursal de Sta. Margarida

(Armazém, Farmácia e Serviços Administrativos)  
Campo Militar de Sta. Margarida  
2250-CONSTÂNCIA  
Tel e fax civil: 249 73 68 05  
Tel militar: 463 126 / 463 389

### Sucursal de Belém

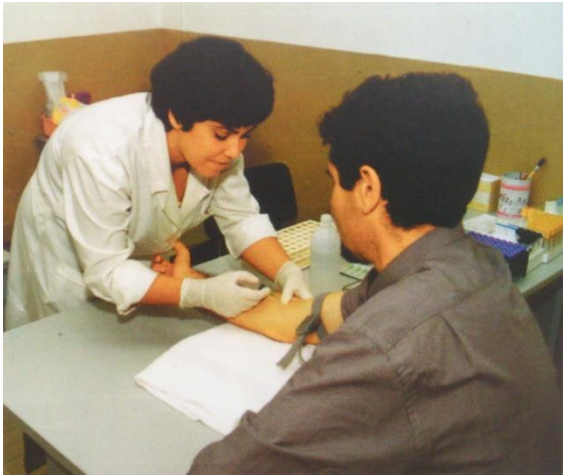
(Armazém, Farmácia e Serviços Administrativos)  
Largo da Boa Hora (junto ao Hospital Militar de Belém)  
1349-036 LISBOA  
Tel civil: 213 64 19 52  
Fax civil: 213 66 03 14  
Tel militar: 419 787

### Farmácia da Sede

Av. Doutor Alfredo Bensaúde  
1849-012 LISBOA  
Tel civil: 21 851 41 62  
Tel militar: 425 344



Armazém Logístico Central: secção de “Produtos LM”



Análises Clínicas em apoio à Família Militar



## **Análises Clínicas**

Desde a sua fundação, em 1918, que o Laboratório Militar mantém em funcionamento um serviço de análises clínicas para assistência aos militares e seus familiares (ADME). Ultimamente alargou a sua acção aos beneficiários da ADSE.

Com grande capacidade de atendimento e vários postos de colheita na região de Lisboa, está equipado com aparelhos de última geração, efectuando todas as análises para que é solicitado nas áreas da bioquímica, da hematologia e da microbiologia, o que lhe permite já entrar nos campos da determinação dos níveis hormonais, na identificação e rastreio de alérgenos e na detecção dos marcadores tumorais.

Tendo sido dos primeiros laboratórios portugueses a fazer o controlo de alumínio, quer nas águas quer no soro sanguíneo de hemodialisados, continua a ter estas técnicas disponíveis, utilizando equipamento que está apto a determinar outros iões.

Nos últimos anos tem procurado ampliar a sua intervenção no controlo sanitário de todos os militares e no rastreio de doenças, desenvolvendo ainda programas de investigação.

A Ordem dos Farmacêuticos tem utilizado este laboratório para exames a farmacêuticos candidatos ao título de especialista em análises clínicas.

Os resultados têm controlo externo nacional e internacional, o que garante a qualidade do serviço. No ano de 2000 iniciaram-se os trabalhos para acreditação dos laboratórios de análise clínicas.





## **Análises de águas**

O equipamento laboratorial e a capacidade analítica instalada, têm vindo a ser utilizados para se executarem análises químicas, físico-químicas e microbiológicas a águas de consumo humano, de piscinas e outras.

O decreto-lei nº 236/98, de 7 de Agosto, estabelece as normas a que devem obedecer os vários tipos de águas, designadamente as águas dos sistemas de abastecimento para consumo humano, cuja qualidade é da responsabilidade das entidades distribuidoras, normalmente as Câmaras Municipais. Há porém muitas águas provenientes de nascentes, poços e furos existentes nas Unidades ou particulares, para uso humano, piscinas ou lavagens, que carecem de análises efectuadas com certa frequência e que têm vindo a ser executadas no Laboratório Militar.

## **Controlo microbiológico de ambientes**

Desde há anos que o Laboratório Militar vem efectuando o controlo microbiológico de ambientes hospitalares e consequentes propostas de higienização e de desinfecção. As acções têm recaído mais nos blocos operatórios e os respectivos resultados são comunicados quer à direcção do respectivo hospital, quer, se se trata de Hospital Militar, à Direcção dos Serviços de Saúde.

Ainda dentro desta prestação de serviço aos hospitais, são feitas análises para determinação da quantidade de óxido de etileno residual no material cirúrgico esterilizado com este gás.



## **Controlo da qualidade de material de penso**

O material de penso, designadamente peças de gaze, compressas e ligaduras é analisado de acordo com os parâmetros da Farmacopeia Portuguesa. Há anos que esta acção tem sido extensível ao serviço de aprovisionamento dos hospitais civis, de acordo com um protocolo de colaboração.

O INFARMED utiliza também este serviço para a verificação da esterilidade, com vista à marcação «CE», o que lhe é solicitado por empresas privadas.

## **Controlo de preservativos**

As capacidades técnicas instaladas do Laboratório Militar em áreas como o controlo de matérias primas farmacêuticas, de dispositivos médicos, de anti-sépticos, de desinfectantes e de soluções para diálise, têm vindo a ser aproveitadas pelo INFARMED. Elaborou-se um programa de controlo da qualidade de dispositivos médicos não activos, designadamente dos preservativos existentes no mercado português que eram importados e lançados nos circuitos de distribuição sem qualquer verificação da sua qualidade.

Os estudos preparatórios de desenvolvimento técnico-científico efectuados para o efeito, proporcionaram a validação do equipamento e o lançamento de um Manual da Qualidade com vista à consequente acreditação do Laboratório de Controlo da Qualidade de Preservativos (LCQP), o que hoje se torna imprescindível na comunidade e que o podem levar a tornar-se num laboratório de referência. Nos finais do ano 2000, o LCQP foi acreditado pelo Instituto Português da Qualidade.

O INFARMED tem também recorrido a esta prestação de serviços para proceder a ensaios de esterilidade de sistemas de administração de injectáveis de grande volume, para autorização de introdução no mercado.



## **Desinfestações e desratizações**

Os aquartelamentos e outras instalações e equipamentos militares tem sido alvo de sistemática acção no campo da luta contra ratos e insectos infestantes, de acordo com um calendário estabelecido com a Direcção dos Serviços de Saúde. Executa também, pontualmente, acções de desinfestação em domicílios e outras mais especializadas como, por exemplo, em bibliotecas.

## **Qualidade**

Estabelecidas, em Abril de 1996, as bases para uma Política da Qualidade, tem-se vindo a trabalhar para a implantação de um Sistema da Qualidade, a elaboração do Manual da Qualidade que o evidencie e a execução de auditorias internas na área da qualidade.

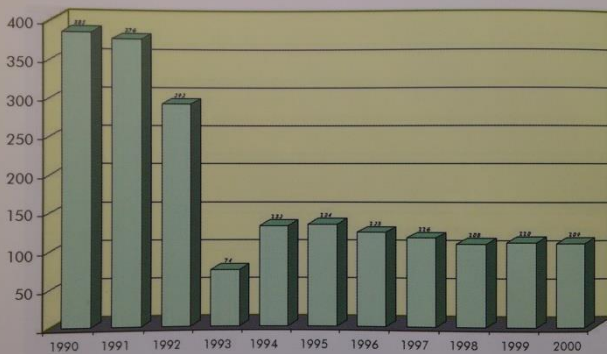
Por outro lado e ao mesmo tempo que se procura intervir a todos os níveis, nos processos de aquisição, através da elaboração de normas de actuação e da emissão de pareceres técnicos, tem-se tentado promover a validação de todos os processos analíticos e, em colaboração com os Serviços Industriais, dos lotes de produção.

## **Acreditação de laboratórios**

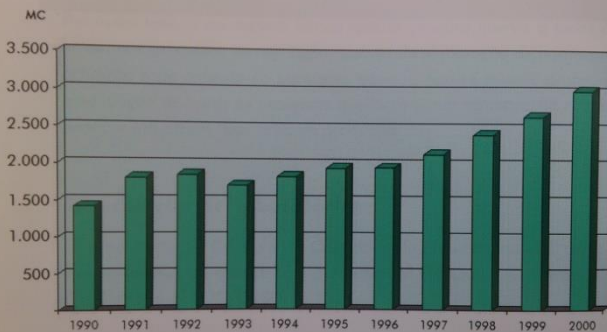
O Laboratório de Controlo da Qualidade de Preservativos está acreditado pelo IPQ, de acordo com a Norma NP EN 45001 (Certificado de Qualificação nº OO/L.288).



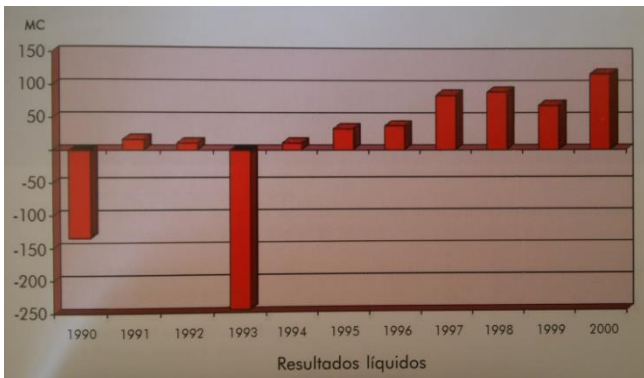
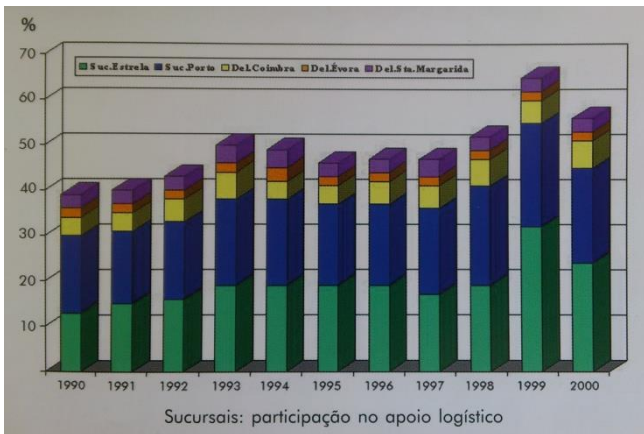
Desinfestação



Número de trabalhadores civis



Vendas





Laboratório Militar



## Brasão de Armas



### Simbologia

- O campo do escudo é da cor tradicional da farmácia castrense.
- Os três almofarizes e as respectivas mãos são de ouro, metal alusivo à importância das funções exercidas pelo Laboratório.
- O timbre de ouro é o emblema tradicional da farmácia castrense.

### Peças

- Escudo : de púrpura, três almofarizes de ouro e, em abismo, três mãos de almofariz do mesmo, postas em pala, em banda e em barra.
- Elmo : militar, de prata, forrado de vermelho, a três quartos para a dextra.
- Correia : de vermelho, perfilada de ouro.
- Paquife e virol : de púrpura e ouro.
- Timbre : duas serpentes de ouro, afrontadas, enroscadas numa palmeira do mesmo, com as raízes assentes no virol.
- Divisa : num listel de branco, ondulado, sotoposto ao escudo, em letras de estilo elzevir, maiúsculas, de negro : SEMPER ET VBIQVE.

### Esmaltes

- Ouro: nobreza e pureza.
- Prata: riqueza e eloquência.
- Vermelho: ardor bélico e força.
- Púrpura: ciência e dever.





Biblioteca do Laboratório Militar



---

### **Directores da Farmácia Central do Exército**

- Coronel Farmacêutico **Augusto Pereira da Silva**  
(1918-1919)
- Tenente Coronel Farmacêutico **Júlio Maria de Sousa**  
(1919-1923)
- Tenente Coronel Farmacêutico **António Júlio Correia**  
(1923-1926)
- Coronel Farmacêutico **Augusto Pereira da Silva**  
(1926-1930)
- Tenente Coronel Farmacêutico **Pedro Augusto Ferreira**  
(1930-1935)
- Tenente Coronel Farmacêutico **José Maria Pinto Fonseca**  
(1935-1939)
- Major Farmacêutico **António Dionísio Garras**  
(1939-1942)
- Tenente Coronel Farmacêutico **António Borges Sacôto**  
(1942-1946)
- Tenente Coronel Farmacêutico **Manuel Joaquim de Oliveira**  
(1946)
- Tenente Coronel Farmacêutico **António Borges Sacôto**  
(1946-1947)

### **Directores do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos**

- Tenente Coronel Farmacêutico **António Borges Sacôto**  
(1947-1951)
- Tenente Coronel Farmacêutico **Homero Ferreira**  
(1951-1956)
- Tenente Coronel Farmacêutico **José dos Santos Simões Borba**  
(1956-1957)
- Coronel Farmacêutico **João Fernandes Faia**  
(1957-1966)
- Coronel Farmacêutico **António Manuel Matos Viegas e Campos**  
(1966-1969)
- Coronel Farmacêutico **Nuno António Carvalho Esteves da Rosa**  
(1969-1974)
- Coronel Farmacêutico **António José de Moura Velêz**  
(1974-1975)
- Coronel Farmacêutico **Cástulo Manuel Moreira Correia**  
(1976-1981)
- Coronel Farmacêutico **António Celestino do Carmo Cavaco**  
(1981-1983)
- Coronel Farmacêutico **Norberto Augusto Fernandes Barreira**  
(1983-1984)
- Coronel Farmacêutico **Ernesto Augusto Lage David Enes**  
(1984-1989)
- Coronel Farmacêutico **Fernando da Costa Lobo da Silva**  
(1989-1993)
- Coronel Farmacêutico **José António Barreto Damas Móra**  
(1993-1997)
- Coronel Farmacêutico **António Manuel Cruz de Sousa**  
(1998-2000)
- Coronel Farmacêutico **José António Aranda da Silva**  
(2000- )

### **Nota Final**

A Direcção do Laboratório Militar agradece ao Cor. Farmacêutico Dr. José Damas Móra, que acolheu prontamente a ideia desta publicação e a realizou com inextinguível competência e máxima dedicação, quer na primeira quer na segunda edição

Fevereiro de 2001

---

**1.ª edição • Fevereiro de 2000**  
**2.ª edição (actualizada) • Fevereiro de 2001**

---